

DISLEXIA NA ESCOLA! E AGORA?

Valéria de Araújo Lima (1); Luana Micaelhy da Silva Morais (1); Alydiane Martins de Araújo (2); Maria da Guia Rodrigues Rasia (4)

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB valeriaaraujo1941@gmail.com

Resumo

O presente estudo apresenta aspectos gerais da Dislexia e reflete sobre as características expostas pela criança disléxica, averiguando a competência profissional do docente ao reconhecer e lidar com a criança disléxica para assim, compreender as metodologias educativas utilizadas no processo de ensino-aprendizagem do sujeito com dislexia. Para atingir os objetivos em uma pesquisa de caráter qualitativo, as pesquisadoras fizeram uso de uma entrevista semiestruturada realizada com uma professora dos anos iniciais de ensino fundamental, da rede privada de ensino, na cidade de Campina Grande/PB, com perguntas elaboradas pelas alunas do 5º período do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, campus I. Como subsidio teórico, foram utilizados os seguintes textos: "Alterações ortográficas nos transtornos de aprendizagem" de Zorzi (2006) e "Dislexia: como identificar? Como intervir?" de Teles (2004) para compreensão da temática, além de pesquisas visando seu aperfeiçoamento. No decorrer da pesquisa, foram abordados através de tópicos a história e definição da Dislexia; as bases neurobiológicas da dislexia; prevalência; linguagem e leitura; sinais de alerta; avaliação e intervenção, a fim de esclarecer melhor a temática, fazendo relação da teoria com a prática, permitindo refletir sobre a realidade observada e constatada através da entrevista e sobre a importância da atuação docente nesses casos, auxiliando em nossa própria atuação em sala de aula. Constatou-se a fundamental importância de uma atuação docente que atenda às especificidades de cada criança, bem como a necessidade de o profissional de educação ter os conhecimentos necessários para intervir no processo de aprendizagem da criança a partir de avaliações realizadas em sala de aula.

Palavras-chave: Dislexia; Educação; Inclusão; Docência.

INTRODUÇÃO

Etimologicamente, o termo Dislexia significa “dificuldade com palavras”, sendo o radical *dis* referindo-se a ideia de difícil e *lexia* palavra. Os estudos sobre a temática intensificaram nas últimas décadas, sendo mais comum nos dias atuais, ao referir-se a dificuldades no processo de leitura e escrita. Geralmente, as pessoas que apresentam essas dificuldades são identificadas quando ingressam no âmbito escolar e iniciam o processo de aquisição da linguagem escrita.

Neste sentido, no decorrer da pesquisa, foram abordados através de tópicos a história e definição da Dislexia, as bases neurobiológicas da dislexia, prevalência, linguagem e leitura, sinais de alerta, avaliação e intervenção a fim de compreendermos melhor a temática, fazendo relação da teoria com a prática e, nos direcionando a uma reflexão sobre a importância da atuação docente nesses casos, bem como auxiliando em nossa atuação em sala de aula futuramente.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

A pesquisa supracitada objetivou explicitar sobre a dislexia, refletir a respeito das características apresentadas pela criança disléxica, averiguar a competência profissional do docente ao reconhecer e lidar com a criança disléxica e compreender as metodologias educativas utilizadas no processo de ensino-aprendizagem do sujeito com essa dificuldade.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é de natureza qualitativa e, para seu desenvolvimento, fez-se uso da entrevista semiestruturada realizada com uma professora dos anos iniciais de ensino fundamental, da rede privada de ensino, na cidade de Campina Grande/PB, com perguntas elaboradas pelas alunas do 5º período do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, campus I. A entrevistada no decorrer da pesquisa será citada por o nome fictício Rosa.

A entrevista é uma das técnicas mais utilizadas, porém, dentro da mesma, existem outras categorias que podem ser exploradas a partir do contexto do seu tema. Como, por exemplo, a entrevista semiestruturada que, por sua vez, se distingue pelo fato de se apresentar uma entrevista já pré-definida, ou seja, já direcionada ao tema proposto. Na mesma, deve-se observar alguns aspectos como, por exemplo, o roteiro no qual, deve ser enxuto com cinco perguntas de modo, que estas não sejam complexas e devem se interligar com as demais, e poderá ser aplicada com oito pessoas no máximo.

No que diz respeito à pesquisa qualitativa, a mesma de acordo com Tatiana Engel e Denise Tolfo (2009):

“Não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” [...] Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (p.31)

Teve-se como aporte teórico, a leitura dos textos: "Alterações ortográficas nos transtornos de aprendizagem" de Zorzi (2006) e "Dislexia: como identificar? Como intervir?" de Teles (2004) para compreensão da temática e elaboração do instrumento da investigação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sabe-se, atualmente, que a dislexia é algo genético, parcialmente herdado e inclui: “[...] défices na leitura, no processo fonológico, na memória de trabalho, na capacidade de

nomeação rápida, na coordenação sensoriomotora, na automatização, e no processamento sensorial precoce”. (TELES, 2004, p. 07).

Entre essas manifestações clínicas, destaca-se a complicação quanto à leitura e escrita. Sabe-se que os disléxicos apresentam uma dificuldade em decodificar o símbolo gráfico e associar os fonemas às letras. Alguns, com acompanhamento individual e reforço escolar conseguem aprender a ler, mas a compreensão da leitura é comprometida e vagarosa.

No que diz respeito ao genoma humano, recentes pesquisas afirmam a existência de cinco localizações para alelos de risco nos cromossomos: 2p, 3p-q, 6p, 15p, 18p (TELES, 2004, p. 7). Quanto ao cérebro dos disléxicos, Sampedro (2013) escreveu uma matéria para o jornal *El País* que abrange as novas pesquisas sobre a dislexia e afirma que os pesquisadores descobriram o problema nas representações fonéticas do cérebro e nas conexões com outras áreas cerebrais que atuam no processamento de alto nível de linguagem. Sampedro (2013), afirma:

[...] os mapas de fonemas (o córtex auditivo primário e secundário) se conectam normalmente com força nas áreas linguísticas de alto nível, situadas em outra estrutura diferente, o giro frontal inferior, perto da têmpora. Aqui acontecem as análises sintáticas e as atribuições semânticas estudadas na escola, e que são as que dão sentido à linguagem. É a conexão do córtex auditivo com esses processadores de alto nível que é debilitada nas pessoas disléxicas.

Por essa ausência de interligação entre as citadas partes do cérebro, provém a dificuldade dos disléxicos em relação à leitura e a escrita. Alguns pesquisadores discordam dessa teoria, mas a mesma foi confirmada por diversos estudiosos de todo o mundo e tem ganhado espaço na área da saúde e Psicologia.

Após compreender um pouco sobre a base neurobiológica da dislexia, vale salientar que este distúrbio pode surgir interligado com outros transtornos, sendo alguns deles: atenção com hiperatividade; perturbação específica da linguagem; discalculia; perturbação da coordenação motora; perturbação do comportamento; perturbação do humor; perturbação de oposição e desvalorização da autoestima. O transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) merece uma atenção especial, pois é muito comum que este surja associado à dislexia. É uma doença frequente entre os brasileiros e seus primeiros indícios surgem durante a infância do indivíduo. Dentre os sintomas mais regulares, temos: agressão, inquietação, dificuldade de concentração, esquecimento, falta de atenção, depressão e dificuldade de aprendizagem.

Após a explicitação da proveniência da Dislexia, é pertinente apresentar a entrevista semiestruturada realizada com uma professora da rede privada de ensino do município de Campina Grande/PB, com o intuito de verificar se os profissionais são capacitados para lidar

com as dificuldades apresentadas por alunos disléxicos em sala de aula. A entrevistada é formada em Pedagogia e possui Especialização em Educação Infantil. A mesma tem atualmente em sala de aula uma aluna com diagnóstico de dislexia, aos 9 anos. Inicialmente, questionou-se sobre o que a professora entendia (e caracterizava) por dislexia. A mesma respondeu que “Dislexia, antes de qualquer definição, é um jeito de ser e de aprender; reflete a expressão individual de uma mente, que muitas vezes aprende de maneira diferente. A Dislexia é considerada um transtorno específico de aprendizagem” (ROSA, 2017)

A partir do exposto, percebe-se que a professora em questão possui uma compreensão particular referente à dislexia que está coerente com as pesquisas realizadas (ABD, 2006; TELES, 2004; SAMPEDRO, 2013). Para compreender a definição de Dislexia do Desenvolvimento adotada atualmente pela Associação Internacional de Dislexia (AID), é necessário conhecer um pouco da evolução do conceito, as definições e os critérios de diagnóstico.

A princípio, Teles (2004) traz em seu artigo intitulado: “Dislexia: como identificar? Como intervir?”, o primeiro caso clínico descrito por Morgan no final do século XIX, a qual denominou “*cegueira verbal*”. A jovem apresentava dificuldades na linguagem escrita, apesar de não afetar os aspectos intelectuais. Anos posteriores várias denominações foram designadas a pessoas que apresentavam essas “perturbações”, tais como: “cegueira verbal congênita”, “dislexia congênita”, “estrefossimbolia”, “alexia do desenvolvimento”, “dislexia constitucional” (p.3).

O crescente número de pessoas que possuíam a dificuldade na linguagem escrita na época, direcionou os estudiosos de diversas áreas a intensificar seus estudos a fim de descobrir as causas da dislexia. A participação dos oftalmologistas nesses estudos sobre o referente transtorno foi determinante por descobrir que não tinham relação com a visão, mas com a área do cérebro responsável pela leitura. No século seguinte, especificamente na década de 60, acreditava-se que as causas para essas dificuldades eram de fatores orgânicos, ou de ordem hereditária. No final desta mesma década, foi utilizado pela primeira vez o termo “Dislexia do Desenvolvimento”, sua definição consistia em:

“Transtorno que se manifesta por dificuldades na aprendizagem de leitura, apesar das crianças serem ensinadas com métodos de ensino, convencionais, terem inteligência normal e oportunidades socioculturais adequadas” (WORLD FEDERATION OF NEUROLOGY, 1970 *apud* TELES, 2004, p. 04).

É perceptível que tal definição concebe a dislexia como um transtorno que não afeta o cognitivo das crianças, pois lhe são oferecidas condições favoráveis para seu progresso, entretanto, o sujeito ainda manifesta a dificuldade ligada à linguagem escrita.

No ano de 1994, o Manual de Diagnóstico e Estatística de Doenças Mentais, DSM IV (Teles, 2004, p.4), integra a dislexia em seus estudos, utilizando o termo: “Perturbação da Leitura e Escrita” e estabelece critérios de diagnóstico, descritos abaixo:

- a. O rendimento na leitura/escrita, medido através de provas normalizadas, situa-se abaixo do nível esperado para a idade do sujeito, quociente de inteligência e escolaridade própria para a sua idade;
- b. A perturbação interfere significativamente com o rendimento escolar, ou atividades da vida quotidiana que requerem aptidões de leitura/escrita;
- c. Se existe um déficit sensorial, as dificuldades são excessivas em relação as que lhe estariam habitualmente associadas. (MANUAL DE DIAGNOSTICO E ESTATÍSTICA DE DOENÇAS MENTAIS *apud* TELES, 2004, p.04).

Atualmente, o diagnóstico é feito através de consultas, avaliação multidisciplinar, atendimento social e triagem, processamento auditivo e audiometria, treinamento auditivo em cabine; exame neurológico.

Pode-se ainda notar que há uma maior complexidade quanto ao diagnóstico se compararmos ambos os critérios. Os mesmos foram estabelecidos em 1994 e se voltam a Leitura e Escrita especificamente e das suas consequências, enquanto que o atual é mais abrangente e minucioso a qual culmina no exame neurológico passando por todo um processo de avaliação e intervenção.

Quando questionada sobre o diagnóstico da criança, a professora relatou que antes de chegar em sala de aula, não tinha o conhecimento sobre as dificuldades apresentadas pela aluna. Mesmo assim, a partir de uma observação cautelosa, foi possível identificar “as incompreensões acerca dos conteúdos aplicados”. Sabe-se que a dislexia é a dificuldade mais prevalente entre a população escolar, esta acomete de 5% a 17,5% dos alunos, causando inúmeras perdas, muitas delas irreversíveis (TELES, 2004). Pois, é no âmbito escolar que a dislexia pode ser precocemente descoberta e conseqüentemente as providências necessárias são tomadas para que a criança tenha a chance de aprender a ler e escrever.

As diferentes competências leitoras entre disléxicos variam de acordo com o idioma. Deste modo, a depender do grau de dificuldade em termos ortográficos do idioma, o mesmo ocasionará certas dificuldades nas competências de leitura e de escrita. Ao classifica ortografia como:

Conjunto de regras estabelecidas pela gramática normativa que ensina a grafia correta das palavras, o uso de sinais gráficos que destacam vogais

(85) 3522.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

tônicos, abertos ou fechados, processos fonológicos como crase, os sinais de pontuação esclarecedores de funções sintáticas da língua e motivados por tais funções” (HOUAISS *apud* ZORZI, p.145).

A ortografia refere-se aos meios para se aprender a ler e escrever, composta por regras que possibilitam saber a pronuncia correta da palavra. Sabe-se que o dislético possui uma dificuldade para desenvolver tal função, algumas letras são confundidas e a pronuncia é dificultosa. Dito isto, cabe ao profissional da educação saber identificar tais dificuldade e procurar ajuda juntamente com a família, para que o profissional adequado oriente a maneira especifica para lidar com a criança, fazendo uso de metodologias e reforço para que a mesma possa se desenvolver intelectualmente e socialmente.

Indagamos sobre as dificuldades da aluna observadas em sala de aula pela professora, para que o encaminhamento acontecesse. A professora relatou que:

As dificuldades observadas no primeiro momento foram em relação ao seu compreender fonológico bem como dos signos que se dava de maneira lenta e por vezes distorcidas. Outra característica que me fez observa-la melhor foi suas habilidades para determinados assuntos bem como sua hiperatividade por vezes buscando ser visto, ser compreendido (ROSA, 2017).

As dificuldades observadas pela professora se relacionam com a base fonológica. Como citado anteriormente, a dislexia provém inicialmente de um déficit fonológico e afeta a decodificação do símbolo gráfico associado ao fonema. A capacidade de compreensão oral está intimamente ligada à compreensão leitora, certa ligação implica na construção da compreensão do que se lê. É necessário se ouvir bem para se ler bem e compreender ambos, tanto o que se ouve quanto o que se fala. Por isto, Teles destaca que para ler, faz-se necessário ter uma boa consciência fonológica a qual, “é uma competência difícil de adquirir, porque na linguagem oral não é perceptível a audição separada dos fonemas. Quando ouvimos a palavra “pai” ouvimos os três sons conjuntamente e não três individualizados” (2004, p.11).

A leitura não é algo natural, apesar de inúmeros estímulos, a criança só atingirá a competência leitora a partir de uma mediação especifica, neste caso a alfabetização se configura como método de ensinar a ler e escrever. Para aprender a ler, é necessário se conhecer o alfabeto, que as letras do mesmo possuem nome e são representados por sons da linguagem. Alves (2008), afirma que a leitura “é um processo de compreensão abrangente que envolve aspectos sensoriais, emocionais, intelectuais, fisiológicos, neurológicos, bem como culturais, econômicos e políticos”. Esta corresponde a relação entre sons e sinais gráficos, por meio da decifração do código impresso.

A vontade da criança em aprender a ler conta muito para que tal processo ocorra de forma mais significativa, incentivo e motivação se tornam formas de atingir o pleno exercício da leitura. Sabe-se que é um processo lento, e mesmo que a criança se sinta desmotivada por não alcançar resultados imediatos, cabe a família e ao professor continuar seu trabalho de reforço, aliado a métodos que possibilitem resultados positivos no futuro.

De acordo com Teles (2004), as crianças do jardim-de-infância e da pré-escola, ao apresentarem dificuldades no nível de consciência silábica e fonética, na identificação de letras e dos sons que correspondem, apresentaram futuramente maiores riscos de dificuldades no processo de aprendizagem da leitura. A partir da linguagem, os primeiros sinais são revelados e precisa-se ter uma cautelosa atenção, pois, algumas dificuldades são comuns para certas faixas etárias. As observações dos sinais devem ser realizadas ao longo de alguns meses e se persistirem, os pais precisam procurar uma avaliação especializada, visto a importância da intervenção precoce.

Teles (2004) elenca os sinais que podem ser percebidos na primeira infância; no jardim de infância e pré-primária; no primeiro ano de escolaridade; a partir do segundo ano de escolaridade e em jovens e adultos.

1. Na primeira infância

Na criança pequena, os primeiros sinais de alerta são percebidos na linguagem oral. O atraso pode ser um primeiro indicio de que algo não está certo, e pode acontecer em famílias (hereditariamente), tal como a dislexia. Geralmente, entre um ano e um ano e meio, as crianças começam a dizer as primeiras palavras e formas pequenas frases. Mas aquelas em situação de risco, segundo Teles (2004), podem dizer as primeiras palavras depois de um ano e meio e as frases após os dois anos. Após esse período, aparecem dificuldades de pronúncia que persistem além do tempo normal. O esperado é que, aos 5 anos, as crianças já pronunciem corretamente a maioria das palavras. Se essa “linguagem de bebê” é reforçada pelos adultos, a intervenção torna-se ainda mais difícil.

2. No jardim de infância e pré-primária

Nessa etapa, os sinais são a persistência da linguagem de bebê, dificuldade em aprender os nomes de cores, pessoas, objetos, lugares e de memorizar canções (algo comum nessa fase), os conceitos temporais e espaciais básicos (ontem, hoje, direita, esquerda, depois, antes...) são difíceis de aprender, não consegue-se reconhecer as letras no próprio nome e há dificuldade em aprender e recordar os nomes e os sons das letras, pois, como visto anteriormente, a dislexia atinge principalmente a questão grafo-fonêmica.

3. No primeiro ano de escolaridade

Por causa da dificuldade em aprender e recordar os nomes e sons das letras, não se compreende a formação das palavras (silabas e fonemas) e acontecem erros de leitura justamente pela falta de conhecimento das regras de correspondência grafo-fonêmica (vaca/faca, calo/galo...). Também ocorre juma confusão quanto a leitura de monossílabos e soletração de palavras simples. A criança apresenta uma necessidade de um acompanhamento individual para concluir as tarefas escolares, pois o aprendizado acontece de maneira lenta.

4. A partir do segundo ano de escolaridade

A progressão na aquisição da leitura e ortografia é lenta e a leitura de palavras desconhecidas é realizada (muitas vezes) recorrendo à soletração. Omissão de fonemas e silabas e substitui-se palavras de pronuncia difícil por outra com mesmo significado. Ocorre-se uma tendência por tentar adivinhas palavras e há uma melhor capacidade de ler palavras inseridas em um contexto. Os problemas matemáticos são verdadeiros problemas no que diz respeito a interpretação e leitura e os testes nunca são resolvidos no tempo previsto. A caligrafia é imperfeita, a leitura não proporciona prazer e os erros ortográficos são frequentes nas palavras com correspondência grafo-fonêmicas irregulares.

Quanto aos problemas de linguagem, Teles (2004) elenca os seguintes para esta etapa: pouca fluência no discurso, pronuncias incorretas de palavras longas e/ou desconhecidas, uso de palavras imprecisas (isto, a coisa, aquela...), dificuldade em encontrar a palavra adequada para o contexto, a memória é debilitada e há uma omissão, adição e/ou substituição de fonemas e sílabas.

Apesar de todas estas dificuldades apresentadas, geralmente os disléxicos apresentam uma boa capacidade raciocínio lógico e imaginação, além de uma facilidade em aprender conteúdos compreendidos de que memorizados e aqueles que lhe são lidos, uma capacidade de ler/compreender palavras relacionadas às suas áreas de interesse e seus resultados são melhores nas áreas que têm menos dependência da leitura.

5. Sinais de alerta em jovens e adultos

Neste momento da vida, já existe uma história pessoal de dificuldades quanto à leitura e escrita, as palavras pouco comuns ainda são um problema e não se reconhece palavras que leu/ouviu quando as lê/ouve no dia seguinte. Existe uma preferência por livros curtos e sem muitas palavras e os testes objetivos exigem muito esforço. A ortografia continua lamentável e sente-se desconfortável em ler algo oralmente, evitando sempre que possível esse tipo de situação. Na linguagem oral, os problemas também continuam no que diz respeito à pronuncia de palavras, recordação de datas, números e nomes..., o vocabulário expressivo é inferior ao compreensivo e evita-se o uso de palavras que teme pronunciar mal. Quando aos pontos

positivos, a boa capacidade de aprender algo nas áreas de interesse se mantém, bem como a presença da criatividade, acarretando o sucesso profissional em áreas altamente especializadas. Os jovens e adultos disléxicos possuem “boas capacidades de empatia, resiliência e de adaptação” (TELES, 2004, p. 17).

Perguntamos também sobre as metodologias utilizadas com a criança disléxica. A professora afirmou que são atividades lúdicas, buscando envolver a criança e despertá-la para novas descobertas. Quando questionamos se a escola possuía algum trabalho em conjunto com a família para auxiliar o desenvolvimento do aluno disléxico, a entrevistada declarou que a escola possui projetos pedagógicos que envolvem a todos, bem com reuniões formativas e acompanhamento (consulta) com profissionais tanto para criança como para os pais.

Percebe-se que a professora não deixa claro quem acompanha a mesma e quais os tipos de materiais pedagógicos disponíveis. Sabe-se que um acompanhamento individualizado com intuito de reforçar a compreensão dos conteúdos é necessário para o melhor desenvolvimento das capacidades leitoras da criança e, por isso, seria essencial para seu desenvolvimento pessoal.

É de fundamental importância realizar uma avaliação com as pessoas que apresentam dificuldades da leitura e escrita ou os sinais de alerta descritos anteriormente, direcionando para um diagnóstico precoce para posteriormente intervir significativamente.

As avaliações são diversas e variam de acordo com a idade do sujeito, não existindo uma única forma de avaliar, mas várias que condizem com a realidade e idade do indivíduo, abrangendo “competências fonológicas, linguagem compreensiva e expressiva (a nível oral e escrito), o funcionamento intelectual, o processamento cognitivo e as aquisições escolares” (TELES, 2004, p. 17).

Após a avaliação, faz-se necessária uma intervenção para que as dificuldades sejam ultrapassadas. Quanto mais cedo se identifica a dislexia e intervém-se contra esta, maiores são as chances de o sujeito ter êxito na leitura e na escrita. Teles (2004) afirma que “[...] é possível introduzir melhorias através de intervenção especializada”. As dificuldades do sujeito disléxico não são imutáveis e com a intervenção apropriada e as estratégias educativas adequadas, este pode ter avanços significativos no que diz respeito à leitura e a escrita.

Na intervenção educacional, os métodos multissensoriais são os mais utilizados e eficientes, explicita Teles (2004) com base em estudos realizados por pesquisadores. Esses métodos, estão relacionados aos sentidos: audição, olfato, visão, tato e a interligação destes com a leitura, escrita e oralidade, visto que estas exigem que o aluno olhe letras impressas, digam o som das letras, una as letras para formar sílabas e pronuncie a palavra escrita. O

ensino deve ocorrer de maneira estruturada e cumulativa partindo do mais geral para o mais específico de forma explícita e o professor precisa ser capaz de diagnosticar a progressão da criança.

As metodologias, portanto, devem ser adequadas para alcançar a criança disléxica, valorizando suas potencialidades e respeitando as etapas de leitura a fim de integra-las e estimulá-las para o desenvolvimento de sua aprendizagem. Salientamos também a necessidade de refletir sobre a importância do trabalho conjunto entre família e escola, e o quão significativo é no processo de ensino-aprendizagem da criança, contribuindo para um melhor desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada e da entrevista com uma professora de uma criança disléxica, pode-se compreender melhor a proveniência deste transtorno, bem como suas causas e características. Essa ponte entre teoria e prática, permite a reflexão sobre o tema, além da comparação entre as definições dos pesquisadores e teóricos e aquilo que é exercido na prática. Foi perceptível que a realidade analisada (a professora e sua experiência com uma criança disléxica) é condizente com a teoria exposta baseada principalmente nos estudos de Teles (2004).

Vimos também o quão importante é a preparação do profissional de educação, que por meio de observação minuciosa do conhecimento teórico pode identificar precocemente este distúrbio de aprendizagem, possibilitando uma intervenção adequada. A importância de uma atuação docente que atenda às especificidades de cada criança é de extrema importância para que todos avancem significativamente no processo de ensino-aprendizagem, principalmente aqueles que possuem algum transtorno ou déficit de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ABD | **Associação Brasileira de Dislexia**. All Rights Reserved. 2006. Disponível em: <http://www.dislexia.org.br/>. Acesso em: 07 de novembro de 2017.

ALVES, Fátima. **Psicomotricidade: corpo, ação e emoção**. 4ªed, Rio de Janeiro: Wak, 2008.

GERHART, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 02 jul 2018.

SAMPEDRO, Javier. No cérebro de um disléxico. **El País**, 2013.

TELES, Paula. Dislexia: como identificar? Como intervir? **Revista Portuguesa de Clínica Geral**, 2004. p. 01-22.

ZORZI, Jaime Luiz. Alterações ortográficas nos transtornos de aprendizagem. In SCOZ, Beatriz (org). **Aprendizagem: tramas do conhecimento, do saber e da subjetividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.